



SES-TO

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO TOCANTINS

ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ História e Geografia do Tocantins
- ▶ Conhecimentos Específicos
- ▶ Legislação
- ▶ Informática Básica (On-line)



Conteúdo de acordo
com o Edital
Questões gabaritadas
da banca FGV

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 01/2026

Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins

SES-TO

Assistente de Serviços de Saúde

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Assistente de Serviços de Saúde de acordo com o Edital nº 01/2026, da Secretaria de Estado de Saúde do Tocantins - SES-TO.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca FGV, organizadora contratada para a realização do certame para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: Conteúdo de Informática Básica disponível em PDF para download. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS.....	11
■ SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS	14
SINÔNIMOS.....	14
ANTÔNIMOS	14
■ PONTUAÇÃO.....	16
■ CLASSES DE PALAVRAS	20
ARTIGO	20
NUMERAL.....	20
SUBSTANTIVO	21
ADJETIVO.....	22
ADVÉRBIO	24
PRONOME	26
Colocação Pronominal	29
VERBO	29
PREPOSIÇÃO	34
CONJUNÇÃO.....	35
■ CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL	36
■ REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	41
■ EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRISE	43
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO	47
■ CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS	47
■ RAZÕES E PROPORÇÕES	53
GRANDEZAS DIRETA E INVERSAMENTE PROPORCIONAIS	55
REGRA DE TRÊS SIMPLES	57
REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	59

PORCENTAGEM	61
■ GRANDEZAS E MEDIDAS: QUANTIDADE, TEMPO, COMPRIMENTO, CAPACIDADE E MASSA ...	63
■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM E MÁXIMO DIVISOR COMUM	66
■ RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO EQUAÇÕES DO 1º GRAU	69
SISTEMAS DE EQUAÇÕES E FUNÇÃO DO 1º GRAU	71
■ MÉDIA ARITMÉTICA E MÉDIA PONDERADA.....	73
■ ELEMENTOS DA TEORIA DOS CONJUNTOS	74
■ ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE	82
■ NOÇÕES DE LÓGICA.....	91
PROPOSIÇÕES SIMPLES	92
PROPOSIÇÕES COMPOSTAS E CONECTIVOS LÓGICOS E TIPOS DE RACIOCÍNIO	94
■ DIAGRAMAS LÓGICOS	98
■ LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO.....	102
■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS	108
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS	117
■ PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS	117
POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES QUILOMBOLAS	118
PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL	129
■ ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL	130
A divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas foi oficializada por meio da Resolução nº 51, de 31 de julho de 1989, aprovada pela presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	130
■ DIVISÃO POLÍTICA E REGIÕES ADMINISTRATIVAS	132
■ SÍMBOLOS DO ESTADO DO TOCANTINS.....	133
■ DINÂMICA POPULACIONAL, MIGRAÇÃO E ESTRUTURA ETÁRIA.....	134
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	137
■ VEGETAÇÃO, CLIMA, HIDROGRAFIA E RELEVO.....	141
■ MATRIZ PRODUTIVA E MATRIZ ENERGÉTICA	149

LEGISLAÇÃO.....	155
■ SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – LEI FEDERAL Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990..	155
CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	156
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES	159
ORGANIZAÇÃO	161
FINANCIAMENTO E ARTICULAÇÃO COM OS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	173
■ COMISSÕES INTERGESTORES.....	176
■ CONTROLE SOCIAL.....	177
ORGANIZAÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA.....	178
CONSELHOS DE SAÚDE	178
POLÍTICAS SOCIAIS	181
■ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 – CAPÍTULO II DA SEGURIDADE SOCIAL, SEÇÃO II – DA SAÚDE.....	182
■ LEI FEDERAL Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990.....	186
■ DECRETO FEDERAL Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011.....	188
■ POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO	196
■ POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA.....	196
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	209
■ NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	209
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	209
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	213
Administração Direta e Indireta	221
AGENTES PÚBLICOS	234
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	267
ATENDIMENTO AO CIDADÃO.....	268
PLANEJAMENTO	272
ORGANIZAÇÃO	278
CONTROLE	278
QUALIDADE E EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	280

■ HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EM SAÚDE E POLÍTICA NACIONAL DE HUMANIZAÇÃO.....	284
■ ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, FLUXO DE PACIENTES, ACOLHIMENTO E ATENDIMENTO HUMANIZADO.....	291
APOIO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS EM UNIDADES DE SAÚDE.....	293
■ ARQUIVAMENTO, PROTOCOLO, CONTROLE E ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS.....	295
PRONTUÁRIOS FÍSICOS E ELETRÔNICOS.....	297
■ INFORMÁTICA APLICADA AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	299
EDITORES DE TEXTO E PLANILHAS ELETRÔNICAS.....	299
CORREIO ELETRÔNICO.....	322
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO EM SAÚDE.....	326
■ CONTROLE E ORGANIZAÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E INSUMOS.....	329
■ COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E TRABALHO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL.....	330
■ QUALIDADE, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	334
■ VIGILÂNCIA EM SAÚDE, PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS.....	336
■ NOÇÕES DE BIOSSEGURANÇA.....	338
PREVENÇÃO E CONTROLE DAS INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE (IRAS), HIGIENE DAS MÃOS, LIMPEZA, DESINFECÇÃO E ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS.....	338
■ SEGURANÇA DO PACIENTE E PREVENÇÃO DE EVENTOS ADVERSOS.....	350
■ NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORRO.....	355
■ SIGILO PROFISSIONAL.....	362
■ RELAÇÕES INTERPESSOAIS.....	364
■ ATENDIMENTO AO USUÁRIO.....	365

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

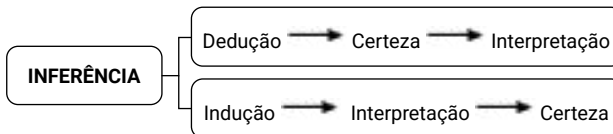
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS

NATURAIS

Os números construídos com os algarismos de 0 a 9 são chamados de naturais. O símbolo desse conjunto é a letra **N**, e podemos escrever os seus elementos entre chaves:

$N = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, \dots\}$

As reticências indicam que esse conjunto tem infinitos números naturais.

O zero não é um número natural propriamente dito, pois não é um número de “contagem natural”. Por isso, utiliza-se o símbolo **N*** para designar os números naturais positivos, isto é, excluindo o zero. Veja: $N^* = \{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$.

Dica

O símbolo do conjunto dos **números naturais** é a **letra N**. Além disso, podemos encontrar o **símbolo N***, que representa os números **naturais positivos**, isto é, **excluindo o zero**.

Conceitos básicos relacionados aos números naturais:

- **Sucessor:** é o próximo número natural. Ou seja, o sucessor do número “n” é o número “n+1”.
 - **Exemplo:** o sucessor de 4 é 5, e o sucessor de 51 é 52.
- **Antecessor:** é o número natural anterior. Ou seja, o antecessor do número “n” é o número “n-1”.
 - **Exemplo:** o antecessor de 8 é 7, e o antecessor de 77 é 76.
- **Números consecutivos:** são números em sequência. Assim, (n - 1, n e n+1) são números consecutivos.
 - **Exemplo:** 5, 6, 7 são números consecutivos, enquanto 10, 9, 11 não são.
- **Números naturais pares:** são aqueles que, quando divididos por 2, não deixam resto. Por isso, o zero também é considerado par. Assim, todos os números que terminam em 0, 2, 4, 6 ou 8 são pares;

- **Números naturais ímpares:** quando divididos por 2, deixam resto 1. Todos os números que terminam em 1, 3, 5, 7 ou 9 são ímpares.

Atenção! A soma ou subtração de dois números pares tem resultado par.

- Ex.: $12 + 8 = 20$; $12 - 8 = 4$.

A soma ou subtração de dois números ímpares tem resultado par.

- Ex.: $13 + 7 = 20$; $13 - 7 = 6$.

A soma ou subtração de um número par com outro ímpar tem resultado ímpar.

- Ex.: $14 + 5 = 19$; $14 - 5 = 9$.

A multiplicação de números pares tem resultado par.

- Ex.: $8 \cdot 6 = 48$.

A multiplicação de números ímpares tem resultado ímpar.

- Ex.: $3 \cdot 7 = 21$.

A multiplicação de um número par por um número ímpar tem resultado par.

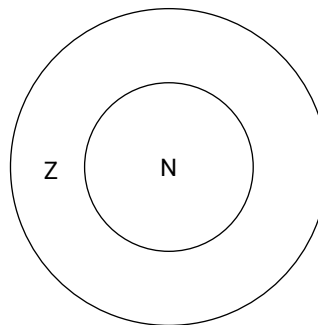
- Ex.: $4 \cdot 5 = 20$.

INTEIROS

Os números inteiros são os números naturais — incluindo o zero — e seus respectivos opostos (negativos). Veja:

$Z = \{\dots, -7, -6, -5, -4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, \dots\}$

O símbolo desse conjunto é a letra **Z**. Uma coisa importante é saber que todos os números naturais são inteiros, mas nem todos os números inteiros são naturais. Podemos representar os números inteiros por meio de diagramas e afirmar que o conjunto de números naturais está contido no conjunto de números inteiros, ou que **N** é um subconjunto de **Z**. Observe:



Podemos destacar alguns subconjuntos de números. Veja:

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS

PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO TOCANTINS

PERÍODO COLONIAL: O NORTE DE GOIÁS

As três primeiras décadas da chegada portuguesa ao Brasil foram marcadas por um esforço de garantir a posse da nova terra. Após essas décadas, a colonização começou a tomar forma, tendo como sentido básico fornecer ao comércio europeu alimentos e minérios importantes. Nesse contexto, a política da metrópole consistia em incentivar a empresa comercial, tendo como base a exportação de poucos produtos em larga escala e sendo assentada na grande propriedade: os latifúndios. O responsável por cumprir melhor esse papel era o açúcar, que, além disso, fazia a alegria do mercado europeu (Fausto, 2019; Schwarcz; Starling, 2018).

Como afirma Boris Fausto (2019), ao longo de alguns séculos a Coroa portuguesa garantiu os maiores ganhos possíveis do empreendimento colonial partindo de concepções políticas vigentes. Essas concepções são sintetizadas pela expressão mercantilismo. Concepções, e não concepção. É errônea a ideia de uma política econômica europeia homogênea que abrange um período entre os séculos XV e XVIII.

Tal política variou muito ao longo do tempo e de país para país, mas é possível estabelecer traços comuns: na prática e na teoria, existia o princípio de que não haveria ganho para um Estado sem prejuízo de outro; o ganho era alcançado atraindo o maior número possível do estoque mundial de metais preciosos, o que, por sua vez, era atingido a partir de políticas como:

[...] reduzir pela tributação elevada, ou proibir a entrada de bens manufaturados de estrangeiros e facilitar o ingresso de matérias-primas; inversamente, proibir a saída de matérias-primas produzidas no país e estimular a exportação de manufaturados quando estes concorressem vantajosamente no mercado internacional. (Fausto, 2019, p. 50)

Além disso, esses Estados promoviam políticas protecionistas, estimulavam a exportação de bens manufaturados, buscavam a acumulação de metais preciosos e mantinham monopólios comerciais como meio de assegurar a prosperidade econômica. Além de explorar, conquistar e colonizar novas terras, os colonizadores tinham também uma justificativa ideológica: a expansão da fé cristã. “Explorava-se em nome de Deus e do lucro”, como afirmou um comerciante italiano (Amado; Garcia, 1989, p. 9).

A preocupação em converter as populações nativas ao cristianismo era constante, não apenas pela

difusão do catolicismo, mas também como mecanismo de controle e pacificação dos povos nativos — indígenas — dos territórios usurpados por europeus. A colônia brasileira, sob administração política e econômica da metrópole, Portugal, tinha como principal função fornecer produtos tropicais e/ou metais preciosos, ao mesmo tempo que consumia produtos da metrópole, em virtude do pacto colonial.

FORMAÇÃO TERRITORIAL

O processo histórico que compreende a formação de uma região e como ela se desenvolve é conhecido como formação territorial. A formação territorial pode envolver questões como aquisição de território através de conquistas, tratados, colonização, migração, alterações políticas, incluindo mudanças nas fronteiras, anexações e desmembramentos.

Processo de Formação

O processo de formação do estado do Tocantins é repleto de especificidades. O estado foi criado em 5 de outubro de 1988, porém as iniciativas de separação em relação a Goiás são, como veremos neste capítulo sobre a história do estado, algo recorrente em toda sua trajetória.

Portugal iniciou a colonização do território brasileiro pela costa litorânea, dando ênfase à produção de cana-de-açúcar como principal item de exportação. Enquanto os colonizadores portugueses se concentravam na faixa litorânea, ingleses, franceses e holandeses conquistaram a região norte do Brasil, estabelecendo colônias que serviriam como bases para a exploração do interior do território. Os franceses foram os primeiros europeus a chegar ao território atual de Tocantins.

A Invasão Francesa ao Extremo Norte de Goiás

Após a tentativa frustrada dos franceses na experiência chamada França Antártica, houve uma tentativa de estabelecer colônias francesas no Rio de Janeiro, empreendida por Villegagnon em 1555. Retornaram e se estabeleceram no forte de São Luís, na costa maranhense, onde tentaram implementar a denominada França Equinocial, fundando um povoado chamado Saint Louis. No dia 8 de setembro de 1612, foi realizada a primeira missa no local, consolidando simbolicamente o lugarejo. A ocupação francesa foi vasta, com a criação de colônias nas margens do Rio Tocantins, chegando até a foz do Araguaia (Schwarcz; Starling, 2018). O Rio Tocantins, que tem sua nascente no Planalto Central de Goiás e corta todo o território atual do Tocantins, fluindo no sentido sul-norte, tornou-se uma das principais rotas de exploração e reconhecimento da área nesse processo.

Até o início do século XVII, a região norte da colônia não atraiu o interesse dos portugueses. Mas, percebendo o interesse francês, as tropas portuguesas se reuniram na capitania de Pernambuco, entraram no povoado de Saint Louis e subjugaram os franceses em 4 de novembro de 1615. A partir disso, os portugueses estabeleceram colônias na região e introduziram a economia do açúcar. Embora os franceses tenham posteriormente se estabelecido na região da Guiana,

LEGISLAÇÃO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) – LEI FEDERAL Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990

Neste momento, estudaremos a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Essa legislação é mais conhecida como a Lei Orgânica da Saúde.

A Lei Orgânica da Saúde é um documento fundamental para estabelecer as diretrizes na organização e operação do sistema de saúde brasileiro, sendo o principal ponto de referência para compreender a política de saúde no Brasil.

Desta forma, temos que os principais temas abordados na Lei nº 8.080, de 1990, são:

- determinantes sociais em saúde;
- vigilância em saúde;
- princípios e diretrizes do SUS;
- políticas para populações específicas;
- responsabilidades das três esferas de governo;
- estrutura de governança do SUS;
- política de recursos humanos;
- participação complementar do privado.

A saúde é um direito fundamental trazido na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) e está prevista dentro do capítulo dos Direitos Sociais (art. 6º) e, também, nos artigos dos números 196 ao 200, da Constituição.

Os direitos sociais visam garantir uma melhor condição de vida para os indivíduos que compõem a nossa sociedade e, para que isso aconteça, precisamos da atuação do Estado.

Art. 6º (CF, de 1988) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
[...]

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. [...]

Sendo a saúde um direito fundamental que exige uma atuação positiva do Estado, pode-se concluir que implementá-la no país não é nada fácil, tendo em vista os custos altos para garantir uma saúde de qualidade a todos os cidadãos. Nesse sentido, a Lei nº 8.080, de 1990, foi editada para regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à saúde.

É importante mencionar, também, que cabe ao poder público garantir a saúde a todos os brasileiros, estrangeiros residentes no país e estrangeiros que estão de passagem no território brasileiro, sendo uma **responsabilidade** solidária de todos os entes políticos, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal. Veja:

Consolidou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que, embora o art. 196 da Constituição de 1988 traga norma de caráter programático, o Município não pode furtar-se do dever de propiciar os meios necessários ao gozo do direito à saúde por todos os cidadãos. Se uma pessoa necessita, para garantir o seu direito à saúde, de tratamento médico adequado, é dever solidário da União, do Estado e do Município providenciá-lo. (AI 550.530 AgR, rel. min. Joaquim Barbosa, j. 26-6-2012, 2ª T, DJE de 16-8-2012)

O direito à saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. (AI 734.487 AgR, rel. min. Ellen Gracie, j. 3-8-2010, 2ª T, DJE de 20-8-2010)

Sendo assim, a saúde é um dever do Estado, o qual deve procurar implementá-la por meio de políticas públicas eficientes que garantam o acesso a todos, além de procurar reduzir os riscos de doenças.

Neste momento, entraremos propriamente na Lei nº 8.080, de 1990, e em seus pontos mais importantes — lembrando que é recomendada a leitura da lei em sua integralidade, tendo em vista que é impossível prever o que poderá ser cobrado pela banca organizadora do seu concurso.

Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, **executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.**

As ações e os serviços de saúde são realizados pelo poder público e podem também ser realizados por pessoa física ou jurídica de direito privado, ou seja, trata-se de uma atividade que também é aberta à iniciativa privada, devendo ser observadas as exigências legais.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

§ 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Noções Gerais de Princípio

Por motivos didáticos, costuma-se dividir as normas cogentes em regras e princípios.

Regras são normas cogentes que traduzem um comando direto, criadas pelo legislador (portanto, são positivadas) e utilizadas para a solução de casos concretos e específicos.

Os **princípios**, por sua vez, delimitam os valores fundamentais de um ramo do direito, têm conteúdo muito mais abrangente e são considerados mais importantes, dado o seu caráter geral e abstrato. Os princípios são descobertos pela doutrina por meio da análise das regras, retirando os aspectos concretos dela. Dessa forma, o legislador tem um papel indireto na criação dos princípios.

Apesar das diferenças mencionadas, é indiscutível que os princípios e as regras são normas que apresentam força cogente máxima. Porém, como os princípios têm valores fundamentais de um ramo jurídico, são considerados hierarquicamente superiores. Violar uma regra é um erro **grave**, mas violar um princípio é um erro **gravíssimo**, pois é o cometimento de uma ofensa a todo um ordenamento de comandos.

É importante mencionar que não há hierarquia material entre princípios, que são independentes de uma hierarquização, tendo a mesma relevância jurídica.

Cabe ressaltar também que, caso ocorra conflito entre dois ou mais princípios simultaneamente aplicáveis a um caso concreto, sua solução deverá recorrer ao método da ponderação. Em que pese não haja hierarquia entre princípios, o método da ponderação é o meio pelo qual se faz uma valoração do peso de cada princípio, de acordo com o caso concreto.

Atenção! Não há prevalência **absoluta** (hierarquia) de um princípio sobre o outro.

Princípios X Regras

Os princípios são a base de um ordenamento jurídico, anteriores até mesmo à existência das normas, pois influenciam no próprio processo legislativo.

Podem constar expressamente ou não, tendo como característica o fato de terem enunciados genéricos para aplicação no máximo possível de situações, sendo que os princípios têm alto nível de abstração, outra característica que irá permitir a sua aplicabilidade a um grande número de situações.

Cumpramos ressaltar que os princípios também poderão ser utilizados para análise da validade de normas

constantes do ordenamento jurídico, assim como a sua correta interpretação.

Nessa esteira, não há hierarquia na aplicação dos princípios. Eles devem ser interpretados de forma harmônica. No entanto, isso não impede que um ou outro esteja mais presente quando na análise de uma situação concreta. Nesse ponto, não falaremos de hierarquia, mas da mera aplicabilidade do princípio à situação concreta trazida à análise.

Vamos enumerar as características dos princípios colocadas até então:

- generalidade;
- abstração;
- ausência de hierarquia entre si; e
- interpretação e validação de regras.

Vejam, agora, sobre as regras, que são menos genéricas e abstratas. Ainda que aplicáveis eventualmente a várias situações correlatas, elas já procuram se aproximar da realidade dos fatos, apresentando comandos mais claros e concretos.

No Brasil há alguns critérios que podem ser utilizados para a solução do conflito entre regras:

- **Hierárquico:** prevalece a de maior hierarquia. Por exemplo: a Constituição Federal (CF), de 1988, sobre qualquer norma interna;
- **Cronológico:** prevalecerá a lei mais nova sobre o tema;
- **Especialidade:** prevalecerá a lei mais específica sobre o tema.

Dos Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são, assim, os que atuam como diretrizes sistêmicas do próprio regime jurídico-administrativo. Os princípios que regem a atividade da Administração Pública são vastos, podendo estar explícitos em norma positivada ou até mesmo implícitos, porém denotados segundo a interpretação das normas jurídicas. Temos, assim, os princípios gerais de direito administrativo e os princípios constitucionais e infraconstitucionais.

Princípios Gerais de Direito Administrativo

Os princípios gerais de direito administrativo são os princípios basilares desse ramo jurídico, sendo aplicáveis ante o fato de a Administração Pública ser considerada pessoa jurídica de direito público.

São princípios implícitos, uma vez que eles não precisam estar expressos na legislação para que a doutrina aceite sua existência, afinal, sem esses princípios a Administração não poderia funcionar direito. Esses princípios implícitos são dois: o princípio da supremacia do interesse público e o princípio da indisponibilidade do interesse público.

O princípio da supremacia do interesse público é o que **confere prerrogativas** à Administração, em um patamar de superioridade (supremacia) em relação ao particular.

A supremacia do interesse público sobre o privado é um aspecto fundamental para o exercício da função administrativa. Podemos citar como exemplo a desapropriação de um imóvel pertencente a um particular:

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.